

MICHAEL COLBORNE

O MOVIMENTO AZOV

ÍNDICE

Introdução	11
CAPÍTULO UM. As raízes do Azov.....	19
CAPÍTULO DOIS. Ideologias e inspirações	47
CAPÍTULO TRÊS. O Azov em ação	75
CAPÍTULO QUATRO. Nas sombras	103
CAPÍTULO CINCO. Convencionais e extremos	129
CAPÍTULO SEIS. Ambições internacionais.....	155
CAPÍTULO SETE. O futuro do Azov	179
Agradecimentos	197
Referências	199

«A minha mãe é a Guerra», declara Roger Mexico,
inclinando-se na direção da porta aberta.

THOMAS PYNCHON, *Arco-Íris da Gravidade*

INTRODUÇÃO

Nascemos numa grande hora
Da fogueira da guerra e das chamas dos tiros
Fomos nutridos pela dor de perder a Ucrânia
Fomos, pela raiva e pela malícia,
dados como alimento aos nossos inimigos.
Excerto da Marcha dos Nacionalistas Ucrânicos

Esta marcha foi escrita em 1929 e adotada oficialmente como o hino da Organização dos Nacionalistas Ucrânicos (OUN) em 1932. Desde as suas primeiras linhas, que falam sobre «perder a Ucrânia», a melodia sombria e séria da marcha puxa-nos rapidamente para uma ode desafiadora à guerra. Somos exortados a defender a pátria «acima de tudo», já que este é um hino nacionalista destinado a ser cantado por jovens soldados recém-chegados que acabaram de atar as botas: «O pagamento para nós é o luxo de lutarmos! / É mais doce para nós morreremos em batalha / Do que vivermos em escravidão, como escravos mudos.»

Mais de oitenta anos depois, este impetuoso apelo às armas não é algo do passado na Ucrânia, e não apenas porque uma versão alterada do mesmo foi adotada como marcha oficial do exército ucraniano em 2018. Uma revolução sangrenta em 2014 e a anexação da península da Crimeia pela Rússia, um ato não reconhecido pela grande maioria da comunidade internacional,

pressagiavam o início de uma guerra no Leste da Ucrânia por forças apoiadas pelos russos. Apesar dos encontros entre líderes mundiais e de vários acordos de cessar-fogo nos anos seguintes, a guerra permanece mais a ferver do que congelada, explodindo de vez em quando para tirar mais vidas. É uma guerra que em 2021 já tirou mais de 14 000 vidas, incluindo quase 5000 soldados do lado ucraniano, bem como mais de 3000 civis.

É também uma guerra que deu origem a um dos movimentos de extrema-direita mais ambiciosos do mundo. Desde o seu estabelecimento como batalhão de voluntários, no início de 2014, quando as forças armadas da Ucrânia estavam majoritariamente em frangalhos, o movimento Azov não só nasceu numa grande hora, como também da fogueira da guerra. Um gangue relativamente desorganizado de homens da extrema-direita, incluindo neonazis declarados da Ucrânia e do estrangeiro, pegou em armas, com a bênção das autoridades ucranianas, e tornou-se um batalhão e, depois, um regimento, até que, por fim, cresceu e passou a ser um movimento social mais amplo sem paralelo em qualquer outro ponto do mundo. Não são muitos os aliados internacionais do movimento Azov que, por exemplo, se podem gabar de ter um partido político (Corpo Nacional), um antigo grupo paramilitar de rua (Milícia Nacional, rebatizada com o nome de Centúria em 2020), uma rede de campos de jovens, vários centros sociais, ginásios de desportos de combate, clubes do livro e editoras, dezenas de iniciativas e projetos afiliados e, claro, uma unidade militar homónima que é parte oficial da Guarda Nacional da Ucrânia.

Porém, a história do movimento Azov é, em muitos aspetos, a de toda a Europa pós-comunista. A maior demonstração de desprezo perante o legado soviético e russo nesta parte do mundo tem sido (re)abraçar o nacionalismo e as organizações nacionalistas antigas, como a OUN, e reinterpretar as

identidades nacionais para (re)afirmar o poder. Aqui a característica mais admirável de um cidadão é o patriotismo. O movimento Azov, embora seja certamente uma consequência extrema deste solo, não surgiu do nada.

A minha experiência na cobertura da extrema-direita na Europa Central e Oriental, em países como a Bulgária, a Sérvia, a Eslováquia e outros, levou-me à conclusão de que o Azov é, obviamente, semelhante a outros movimentos de extrema-direita. Contudo, apesar dos problemas óbvios com estes movimentos que existem nessas e noutras nações – incluindo o Canadá, o meu país natal –, a Ucrânia funciona a um nível totalmente diferente. O movimento Azov é capaz de operar com um nível de impunidade que os seus amigos noutros países apenas podem imaginar; uma «terra de oportunidades» literal, como um representante do movimento Azov me admitiu numa certa vez. Mesmo sendo alguém que chegou tarde à festa, por assim dizer – só comecei a acompanhar e a cobrir o movimento de perto no outono de 2018 –, não demorou muito para que percebesse o que estava a perder.

Para mim, foi a percepção de que abrir a cortina do palco – o modo como o movimento se queria apresentar – para ver os bastidores mais extremos e crus era demasiado fácil, talvez mais do que em qualquer outro grupo de extrema-direita que já alguma vez tinha encontrado ou viria a encontrar. Aqui, estava tudo à vista, em perfis públicos de redes sociais, em artigos escritos publicamente em ucraniano, russo e inglês, e, no entanto, percebi rapidamente que este movimento não estava a receber a atenção que merecia, na Ucrânia ou internacionalmente. Em 2022, a situação já mudara um pouco; havia uma renovação da atenção da comunicação social internacional – em particular da americana – sobre o movimento Azov, especialmente um foco no suposto papel do movimento na facilitação do extremismo internacional de direita.

Apesar disto, o Azov ainda não recebe a atenção ou o escrutínio que merece. Não é porque as informações ou as percepções não estejam disponíveis, como as várias referências neste livro deixam claro. O que acontece é que, muitas vezes, estão espalhadas por diferentes cantos da Internet, nem sempre em inglês, para um público internacional, e nem sempre amplamente divulgadas ou completas. Parte disto, pelo menos, deve-se ao facto de que, mesmo quando jornalistas como eu, da Ucrânia ou do estrangeiro, escrevem sobre o movimento Azov, a quantidade e a profundidade da nossa cobertura e aquilo em que nos focamos varia às vezes devido aos recursos, prioridades e interesses dos nossos editores e do nosso público. Em parte, este livro é a minha tentativa de ir além disso e fornecer algo que seja benéfico tanto para os estudiosos da extrema-direita e da Ucrânia como também para os não especialistas, e membros do público em geral, mais alargado, que estejam interessados no assunto do extremismo de direita.

O movimento Azov da Ucrânia¹ explorou a situação social e política fraturada do país, incluindo a guerra ainda quente, para construir um poderoso e perigoso movimento de extrema-direita. Há muito tempo que consegue operar com um nível descarado de abertura, incluindo com a suposta proteção de figuras políticas poderosas e o alegado envolvimento em atividades criminosas. É um movimento que serviu e continuará a servir de modelo e inspiração para outros de extrema-direita em todo o mundo. A sua adoção dissimulada da violência e as suas ambições de fazer parte de uma extrema-direita transnacional cada vez mais poderosa tornam-no uma ameaça além das fronteiras da Ucrânia.

¹ Ao falar dele como um todo, uso «Azov» como abreviatura para o movimento ao longo deste livro ou, mais frequentemente, «o movimento». Ao falar da unidade militar específica que deu nome ao movimento mais amplo, recorro a «Regimento Azov» ou «Regimento».

Porém, o Azov não é invencível. As suas ambições outrora grandiosas de um domínio transnacional da extrema-direita estão suspensas – por enquanto. A sorte do movimento cresceu e retrocedeu claramente ao longo do tempo, com períodos de considerável presença pública intercalados com momentos de relativo silêncio. O seu suposto patrono no poderoso Ministério do Interior da Ucrânia, Arsen Avakov, deixou o cargo em julho de 2021. Pouco depois, alguns membros do Azov, com um suposto envolvimento em atividades criminosas, foram presos quando os seus líderes se queixaram da repressão do seu movimento às mãos de Volodymyr Zelensky, presidente desde 2019. O movimento, no entanto, continua forte, sem nenhuma evidência que sugira que esteja prestes a desaparecer em breve.

A maior parte do material para este livro foi extraída de vários anos de cobertura, investigação e análise do movimento Azov. Baseei-me primeiro em entrevistas, que conduzi ao longo dos últimos anos, com membros e figuras importantes do movimento, bem como em entrevistas e discussões com vários observadores, especialistas, outros jornalistas e fontes próximas e com conhecimento acerca dele. Em segundo lugar, utilizei amplamente informações de código aberto sobre o movimento Azov, tal como fiz como parte do meu trabalho com o *website* de jornalismo investigativo Bellingcat, recolhendo e analisando quase tudo o que pude encontrar sobre ele. A quantidade de informações publicamente disponíveis sobre o movimento Azov, e até mesmo vindas dele, desde registos judiciais e artigos de notícias obscuros a salas de *chat* semiprivadas do Telegram, é simplesmente enorme e, como acontece com a extrema-direita em todo o lado, também é lamentavelmente subexplorada e subutilizada. Aquilo que este livro não constitui, entre outras coisas, é uma espécie de exposição «interna», um relato ao estilo de dissertação de todos os pormenores sobre o movimento, nem uma espécie de incursão etnográfica sobre o

que significa ser um membro de base de um grupo de extrema-direita na Ucrânia. Essas seriam, sem dúvida, contribuições incrivelmente valiosas, mas não são o que fiz aqui.

Este livro foi escrito a partir da posição de que o extremismo de direita não deve ter lugar na nossa política nem nas nossas sociedades e de que nenhuma quantidade de retórica ou ações da extrema-direita deve ser considerada aceitável. A extrema-direita não deve ser subestimada nem imediatamente negada a favor do suposto bem de um país em guerra. O insucesso no confronto, na recusa e na rejeição da extrema-direita é um fracasso na defesa dos valores da democracia liberal e na defesa daqueles nas nossas sociedades cujas vidas podem ser mais prejudicadas pela extrema-direita – entre eles, as mulheres, os indivíduos LGBT+ e os membros de grupos minoritários racializados. Não importa se as forças de propaganda de uma potência estrangeira agressiva a desvalorizam para fazer com que o nosso país tenha má imagem. Não importa se o país (ainda) está em guerra. Não importa se há outros problemas significativos, se não mais urgentes, que os governos também precisam de resolver. Não importa se o extremismo de direita também é um problema noutros países.

Não pretendo ocupar nenhuma posição de falsa objetividade ao escrever sobre a extrema-direita, quer se trate do Azov ou de qualquer outro movimento, grupo ou indivíduo ligado a ela. Não há objetividade ou neutralidade quando se trata de escrever sobre a extrema-direita, ou sobre qualquer outra coisa, já agora. Afirmar o contrário serve «um propósito ideológico, quer seja feito conscientemente quer não» (Mondon, 2020); em vez disso, devemos reconhecer os nossos próprios preconceitos e estar sempre cientes deles, prontos para os desafiar a cada momento, embora eu seja o primeiro a admitir que isso nem sempre é a coisa mais fácil de se fazer.

Concluirei aqui delineando rapidamente a estrutura deste livro. No «Capítulo I», exploro as raízes do Azov, discutindo o

passado da Ucrânia – ou, pelo menos, a forma como aquele o interpreta –, o contexto da extrema-direita na Ucrânia contemporânea, bem como a revolução de 2014 e como o movimento surgiu. Passo depois para uma discussão das inspirações ideológicas do Azov, no «Capítulo II», explorando os vários fundamentos ideológicos domésticos e internacionais do movimento, antes de terminar com uma discussão acerca daquilo a que chamo sentimentos ideológicos centrais que o sustentam.

O «Capítulo III» é onde examino aquilo que pode ser designado pela política do Azov na prática – como o movimento está estruturado, o que os seus vários elementos fazem e, mais importante, como podemos entender melhor como é que estes, «oficiais» e «não oficiais», se relacionam entre si. O mundo obscuro do Azov é o que exploro no «Capítulo IV» – um mundo de conexões políticas e suposta criminalidade que ajudou o movimento a chegar aonde se encontra hoje.

No «Capítulo V», discuto como o Azov conseguiu, com algum sucesso, integrar-se na política e na sociedade ucraniana, apesar de ser absolutamente radical; no «Capítulo VI», analiso as ambições internacionais do Azov, incluindo como elas têm sido frustradas nos últimos anos. O capítulo final, o VII, é onde examino o futuro do Azov e da Ucrânia e apresento vários argumentos sobre como este país e a comunidade internacional podem lidar com um dos movimentos de extrema-direita mais ambiciosos do mundo.

Capítulo Um

AS RAÍZES DO AZOV

De rosto duro e vestindo um uniforme de campo, o então comandante do Regimento Azov, Andriy Biletsky, colocou-se diante das suas tropas na pequena cidade de Chyhyryn, na Ucrânia central. Com as mãos atrás das costas, pontuando o seu discurso com pausas deliberadas, Biletsky recuou muito no passado da Ucrânia – pelo menos até partes do mesmo, tal como um líder de extrema-direita ucraniano como ele faria – a fim de traçar uma linha direta com o presente.

Em abril de 2015, a caminho de combaterem as forças apoiadas pela Rússia no Leste da Ucrânia, Biletsky disse às tropas reunidas do Regimento Azov: «Lembrem-se de que vocês são descendentes de dezenas, centenas de gerações de heróis que remontam às profundidades da nossa história.»²

«*Upitsi*», afirmou Biletsky, em referência ao Exército Insurgente Ucraniano (UPA) da Segunda Guerra Mundial. «*Holodnoiartsy*», acrescentou, evocando os últimos redutos que lutavam por uma Ucrânia independente antes da sua incorporação na União Soviética e que o fizeram no mesmo lugar onde ele estava a falar.

² «*Nynishnia vyna na Donbasi – tse vyna dvokh tsyvilizatsiy: Andriy Biletsky*» («A guerra atual no Donbass é uma guerra de duas civilizações» Andriy Biletsky); YouTube, 25 de abril de 2015, <https://www.youtube.com/watch?v=vkhIE-sAb1c>.

«Cossacos de Khmelnytskyi, guerreiros de Sviatoslav e do príncipe Igor, citas», concluiu. «Todos eles guardaram a nossa civilização europeia contra a bárbara Eurásia.»

As raízes imediatas do movimento estão, é claro, no Batalhão Azov, uma unidade militar com raízes explicitamente de extrema-direita formada em resposta à agressão por forças apoiadas pela Rússia em 2014. Porém, as palavras de Biletsky ressaltam que as batalhas contemporâneas do movimento Azov estão enraizadas numa noção não apenas da sua história, mas também do que eles sentem ser a sua missão baseada nela; o seu dever, ou mesmo o seu destino.

Neste capítulo, explorarei primeiro o passado da Ucrânia, avançando brevemente pelos séculos até à Segunda Guerra Mundial, à queda do comunismo e aos desenvolvimentos na Ucrânia independente nas décadas de 1990 e 2000. Em seguida, passarei para uma visão geral da revolução Maidan de 2013-14 – particularmente, sobre o muito debatido papel da extrema-direita –, do subsequente início da guerra contra as forças apoiadas pela Rússia no Leste da Ucrânia e, é claro, de como o Azov nasceu.

De curgãs a cossacos

Há cerca de 5000 anos, as vastas estepes que ocupam parte das modernas Ucrânia e Rússia eram a pátria dos falantes do protoindo-europeu (PIE), a língua que está na raiz da grande maioria dos idiomas modernos da Europa. Alguns destes falantes originais de PIE migraram para oeste, entrando mais profundamente na Europa. Dominaram as populações nativas da altura e deixaram as línguas indo-europeias no seu rasto. Essa é, pelo menos, uma das principais hipóteses sobre a origem da maioria das línguas da Europa – a hipótese curgã, batizada em homenagem aos túmulos dos povos antigos no que hoje são as estepes da Ucrânia e da Rússia.

Estudos recentes deram suporte a essa hipótese. Um deles (Haak *et al.*, 2015) sugeriu que entre 3000 e 4500 anos atrás houve uma migração em massa para a Europa Central a partir dos seus extremos orientais, o que deixou no continente uma marca não só linguística, como também genética – «quase um evento de substituição total», nas palavras de um dos coautores do estudo (Curry, 2015). Ainda assim, é apenas uma teoria; mesmo os autores do estudo de 2015 discutido acima admitem: «A derradeira questão da pátria protoindo-europeia não é resolvida pelos nossos dados» (Balter, 2015). Alguns cientistas sugerem que a migração em direção a oeste vinda das estepes dificilmente pode ter sido a dominação e a conquista que alguns retrataram (Jacobson, 2018).

Tudo isto pode parecer arcano, de interesse apenas para estudantes ou canais de documentários científicos. Contudo, todas as coisas indo-europeias são populares junto da extrema-direita; para a influente Nouvelle Droite francesa (discutida no «Capítulo II»), o passado indo-europeu representa as raízes hierárquicas, pré-cristãs e «primordiais» da Europa que este continente nos dias de hoje se deveria esforçar por refletir. O movimento Azov não é exceção a esta tendência, tendo traduzido livros e apresentado palestras e seminários com as suas próprias interpretações de estudos indo-europeus, incluindo «a importância da herança indo-europeia para o futuro renascimento da Europa» (Ostrognew, 2019).

Outro grupo de antigos indo-europeus que viviam em grande parte do que é hoje a Ucrânia e a Rússia eram os citas. Um grupo de tribos seminómadas, que viveram entre o século VII a. C. e o século IV d. C., os citas eram falantes de uma língua iraniana, indo-europeia.

Se os citas têm alguma reputação é a de serem um grupo de guerreiros, que derrota os inimigos em seu redor. No entanto, a realidade da vida cita pode ter sido muito mais otimista

(Schuster, 2021), com uma população diversificada e heterogénea, incluindo agricultores sedentários, o que dificilmente corresponde à imagem bélica dos citas que temos hoje. Por volta do século IV d. C., os citas já tinham, na sua maioria, sido assimilados pelas populações vizinhas e, pouco depois, no século VI d. C., quaisquer citas remanescentes também o tinham sido pelos primeiros eslavos orientais.

No século VIII d. C., estes eslavos orientais tinham-se federado num protoestado que compreende partes das atuais Ucrânia, Bielorrússia e Rússia: os Rus de Kiev, sob o domínio dos varegues nórdicos que acabaram por ser assimilados pela população tribal eslava.

O príncipe varegue Rurique ficou conhecido como o fundador da dinastia que apresenta o seu nome. Após a sua morte, em 879, o cunhado de Rurique, Oleg, conquistou Kiev e mudou a sua capital de Novgorod para lá. Após a morte de Oleg, em 912, o filho de Rurique, Igor, tornou-se governante e ganhou reputação como guerreiro, tendo as suas tropas atacado duas vezes a capital bizantina de Constantinopla.

O filho de Igor, Sviatoslav (*o Bravo*), governou os Rus de Kiev durante quase três décadas, no século X. Em 965, o pagão Sviatoslav conquistou os cázaros, um império cujos governantes eram judeus, assim como, pelo menos, parte da sua população. Em resultado disso, ele tem sido celebrado como um «herói» pelos antissemitas da região e pela extrema-direita (Grinberg, 2021). Sviatoslav pode não ser um nome familiar na Ucrânia, «uma figura raramente lembrada dos manuais escolares de história» (Petik e Gorbach, 2016), mas trata-se, ainda assim, de um homem suficientemente importante para o Azov, ao ponto de o movimento, sob a liderança de Biletsky, lhe ter erguido, em 2015, uma estátua na cidade de Mariupol, onde costumava existir uma de Vladimir Lenine.

Graças, em grande parte, à invasão dos mongóis, os Rus de Kiev entraram em colapso no século XIII, embora, para todos os

três estados eslavos orientais, continuem a ser uma parte fundamental das suas histórias nacionais. Enquanto partes do que é hoje a Rússia continuaram como estados sucessores fragmentados sob o domínio da Horda Dourada Mongol até se libertarem no século xv, as suas contrapartes na maior parte do que é hoje a Ucrânia acabaram por cair sob o domínio da Polónia e da Lituânia.

No século xvi, uma nova sociedade começara a surgir no que é hoje o Sul da Ucrânia – os cossacos, derivados de uma palavra turca que significa «homem livre». Ao longo da fronteira com o czarismo da Rússia e o Canato da Crimeia, um vassalo otomano, essa nova sociedade tornou-se composta por todo o tipo de pessoas, desde camponeses que fugiam da servidão na Comunidade Polaco-Lituana a nobres descontentes ou aventureiros individualistas, embora aquela visse os cossacos como seus súbditos.

Com sede no *sich*, uma capital fortificada e centro militar nas terras além dos rápidos («*za porohy*» e, portanto, Zaporijia) do Dniro, os cossacos desenvolveram uma reputação de guerreiros ferozes. Defendiam as fronteiras dos ataques de escravos tártaros da Crimeia (e invadiam eles mesmos os territórios otomanos) e ficaram também conhecidos pela sua organização protodemocrática de uma assembleia geral (*rada*) como sendo a mais alta autoridade e um *hetman* como o mais alto funcionário eleito. Os cossacos conseguiram ganhar algum grau de autonomia relutante em relação à Comunidade, o que garantiu, de um modo geral, a sua lealdade. Esta foi, no entanto, testada no século xvii numa série de rebeliões cossacas, em grande parte por causa do ressentimento contra a autoridade da Comunidade e de conflitos religiosos entre os cossacos ortodoxos orientais e a comunidade católica.

A maior dessas rebeliões foi liderada pelo nobre que se tornara cossaco Bohdan Khmelnytskyi. A rebelião começou em

1648, quando Khmelnytskyi tentou recuperar a terra que lhe tinha sido tirada por um voraz nobre polaco, mas rapidamente, com as capacidades políticas e militares dele e a sua nova posição como *hetman*, se tornaria uma revolta popular de cossacos contra os seus senhores polacos. Durante a rebelião, as forças cossacas de Khmelnytskyi cometeram uma série de atrocidades contra os seus inimigos, incluindo o assassinio de dezenas de milhares de judeus.

Khmelnytskyi acabou por ser forçado a pedir ajuda à Rússia, depois de ser traído por antigos aliados tártaros da Crimeia e de não ter recebido apoio do Império Otomano na sua luta contra a Comunidade. Em 1654, num movimento que continua a ter eco nas relações russo-ucranianas até hoje, foi assinado o Tratado de Pereyaslav, no âmbito do qual os cossacos juraram lealdade ao czar russo. A guerra com a Comunidade continuou após a morte de Khmelnytskyi, em 1657 – em Chyhyryn, a capital cossaca onde foi eleito *hetman* –, até ao Tratado de Andrusovo, em 1667, que dividiu o hetmanato cossaco ao meio, entre a Rússia e a Comunidade, com relativa autonomia para os cossacos sob a autoridade russa.

No entanto, a busca por um estado cossaco totalmente independente continuou. No início de 1700, o *hetman* Ivan Mazepa aliou-se ao inimigo da Rússia, a Suécia, em busca de ajuda numa nova guerra contra a Comunidade e contra aquele país, na esperança de obter a independência. Não era para ser. Na Batalha de Poltava, em 1709, as forças russas derrotaram uma força combinada de suecos e cossacos. Mazepa fugiu para o exílio e morreu. Ao longo das décadas seguintes, a autonomia cossaca seria lentamente restringida sob o domínio do Império Russo, com Catarina II da Rússia a abolir a instituição do *hetman* em 1764 e a ordenar a destruição do Sich de Zaporíjia em 1775.

Os cossacos deixaram uma marca enorme na Ucrânia contemporânea, sendo muitas vezes vistos como «a personificação

dos valores nacionais [ucranianos]» (TRAFO, 2019). O mito e as imagens cossacas, centradas no individualismo, no patriotismo e na bravura, têm sido utilizados até à atualidade por forças tão díspares como os liberais tradicionais, os propagandistas soviéticos e os nacionalistas ucranianos. Por sua vez, o Azov evoca constantemente os cossacos, enquadrando-se mesmo como os seus «descendentes [que] também estão a defender a Ucrânia da invasão do Leste».³

O lento nascimento do nacionalismo ucraniano

O século XIX na Europa, especialmente no Leste, foi pleno de «renascimentos nacionais» românticos. Intelectuais, artistas e escritores de vários grupos étnicos, desde búlgaros a checos e finlandeses, começaram a buscar uma autoconsciência nacional enquanto viviam sob o domínio de impérios mais dominantes, cujos governantes mostravam pouco respeito pelas suas línguas e culturas minoritárias.

Os ucranianos, é claro, fizeram parte dessa tendência. Esforços de escritores e artistas proeminentes, particularmente de Taras Shevchenko, cujo papel no desenvolvimento da língua e da cultura da Ucrânia é omnipresente até hoje, ajudaram a dar voz a uma autoconsciência étnica ucraniana distinta. O próprio descritivo «ucraniano» só começou a ser usado mais amplamente durante esse período, com aqueles a quem agora o chamamos a usarem o termo «rutenos» para se referirem a si mesmos (*Rusyny*) e à sua língua (*rusyns'ka*).

O século XIX provaria ser uma jornada difícil e desigual para os ucranianos que procuravam afirmar uma identidade

³ Corpo Nacional Kiev, «*Kozaky vmily Rizdvo sviatkovaty*» («Os cossacos sabiam como celebrar o Natal»), Telegram, 25 de dezembro de 2020, https://t.me/national_corp_kyiv/2318.

nacional. No Império Russo, onde a maioria deles vivia, a língua ucraniana foi banida como disciplina e língua de instrução a partir de 1804, uma proibição que só foi levantada em 1917. O Ems Ukaz de 1876 até baniou o ucraniano impresso, exceto no caso de textos históricos reimpressos. Os ucranianos que viviam na Galícia e na Bucóvina, controladas pela Áustria, tinham, no entanto, mais liberdade para usar o ucraniano e ensinar e escrever nessa língua.

Essa desigualdade levou, no entanto, a que o renascimento nacional ucraniano fosse menos forte e menos amplo do que outros renascimentos nacionais na Europa de Leste (Wilson, 1996). Como explica Wilson, os ucranianos careciam de elites nacionais poderosas e o próprio renascimento nacional estava demasiado confinado em bases regionais e sociais para ter um impacto significativo. Além disso, os períodos de quase independência da Ucrânia antes da Primeira Guerra Mundial, no final do século XVII, sob o hetmanato cossaco, foram incrivelmente breves, o que deixou pouca tradição de uma nação independente sobre a qual construir.

Ainda assim, quando o caos da Primeira Guerra Mundial chegou aos territórios que abrigavam milhões de ucranianos étnicos, alguns tentaram que uma Ucrânia independente se tornasse uma realidade. A República Nacional Ucraniana (UNR) foi declarada em janeiro de 1918, na esteira da Revolução Russa. A UNR teve uma existência acidentada durante o caos da guerra, sendo derrubada a certa altura de 1918 por um hetmanato pró-alemão, que deteve o poder durante pouco mais de oito meses.

Em 1921, no entanto, a guerra por uma Ucrânia independente estava perdida. Os ucranianos, antes divididos em dois, estavam-no agora em quatro. A maioria das terras ocupadas por ucranianos tornaram-se parte da Ucrânia soviética, enquanto a Galícia e parte da Volínia foram para a recém-independente

Polónia; partes de Bucóvina foram para a Roménia, enquanto a Transcarpátia foi para a recém-formada Checoslováquia.

Alguns, contudo, continuaram a lutar. Centrada em torno de Chyhyryn, a República Kholodny Yar foi o último território ocupado por ucranianos que lutavam por um estado independente. Com controlo apenas sobre uma pequena parte do território central ucraniano, tinha um exército de dezenas de milhares no seu auge, chamando «otomanos» aos seus comandantes, tal como os cossacos tinham feito. A República seria, no entanto, derrotada em 1922 e vários dos seus líderes seriam executados pelos soviéticos. Décadas depois, seriam homenageados pelo partido político do Azov, o Corpo Nacional, como «mais uma confirmação do amor dos ucranianos pela liberdade, da sua disposição para lutar por ela e até mesmo para pagar por ela com o seu sangue».⁴

Embora os ucranianos constituíssem a maioria na Galícia Oriental, controlada pelos polacos, foram rapidamente submetidos a medidas discriminatórias e a repressão pelas novas autoridades polacas. Os esforços polacos para assimilar os ucranianos no seu novo território equivaleram a uma «opressão de quase todas as formas de vida comunitária e cultural [ucraniana]» (Plokyh, 2015).

Frustrados por terem fracassado na tentativa de obter um estado independente e radicalizados graças à opressão das autoridades polacas, alguns ucranianos começaram a procurar soluções extremas para a sua questão nacional. Em 1920, um oficial ucraniano veterano do Exército Austro-Húngaro e da UNR, Yevhen Konovalets, criou a Organização Militar Ucraniana (UVO). Esta dedicar-se-ia à resistência clandestina contra as

⁴ Corpo Nacional, «*Volia abo smert': 98 rokiv tomu vidbuvsia ostanniy biy kholodnoiars'kikh otmaniv*» («Liberdade ou morte: há 98 anos ocorreu a última batalha dos atamanes de Kholodny Yar.»), 9 de fevereiro de 2021, <https://nationalcorps.org/volyaabo-smert'-98-rokiv-tomu-vidbuvsya-ostannij-bij-holodnoyarskih-otamaniv/>.

autoridades soviéticas, polacas, romenas e checoslovacas, que incluía ataques à bomba e tentativas de assassinio, algumas bem-sucedidas.

Em 1929, em Viena, Konovalts usou as suas capacidades organizacionais e de liderança para unir vários ativistas ucranianos nacionalistas radicais numa única organização – a Organização dos Nacionalistas Ucranianos (OUN). Na sua fundação, a OUN era explicitamente de extrema-direita, disposta a usar a violência e o terror para atingir o seu objetivo de uma Ucrânia independente. Fascistas como a União dos Fascistas Ucranianos desempenharam um papel central na OUN (Rudling, 2011), e o seu nascimento seguiu a tendência de organizações semelhantes que surgiram por toda a Europa, como a Ustashe, da Croácia, e a Guarda de Ferro, da Roménia. A OUN foi uma organização cujo legado permanece não só profundamente impresso na Ucrânia contemporânea, como também profundamente contestado.

A Organização dos Nacionalistas Ucranianos (OUN) e a Segunda Guerra Mundial

Os chamados «Dez Mandamentos de Um Nacionalista Ucraniano», também conhecidos pelo nome de Decálogo, foram adotados pela OUN em 1929. Na sua versão original, o Decálogo da OUN instruía os membros de que «não deviam hesitar em cometer o maior crime se o bem da causa o exigisse», embora isso tenha sido suavizado para «a tarefa mais perigosa» em versões posteriores (Rossoliński-Liebe, 2015).

Os membros da OUN não hesitaram certamente em cometer tais «grandes crimes» ou «tarefas perigosas» ao longo da década de 1930. Várias figuras políticas importantes, incluindo o ministro do Interior polaco, foram assassinados pela OUN. Esta

também assassinou dezenas de outras figuras públicas, incluindo um oficial soviético em retaliação por Holodomor, a fome forçada de Estaline que tirou a vida a entre três e quatro milhões de ucranianos e é reconhecida como um genocídio por vários países. A OUN também passou a década de 1930 a aproximar-se da Alemanha nazi, tendo até um representante numa conferência «Nacional Socialista» internacional em 1937 (Rudling, 2011). À medida que a Segunda Guerra Mundial se aproximava, a OUN tinha cerca de entre 8000 e 9000 membros (Shkandrij, 2015).

Quando a Alemanha nazi e, posteriormente, a União Soviética invadiram a Polónia em 1939, a OUN colaborou abertamente com os nazis, esperando que estes fossem a sua porta para formar uma Ucrânia independente. Em 1940, no entanto, a OUN dividiu-se em duas facções hostis – a OUN(m), mais antiga e menos radical, liderada por Andriy Melnyk, e a OUN(b), mais jovem e violenta, comandada por Stepan Bandera e descrita por Timothy Snyder (2003) como uma «organização terrorista nacionalista, liderada por homens imaturos e furiosos».

Assim que a Alemanha invadiu a União Soviética, em 1941, a OUN(b) pareceu pensar que iria surgir um estado independente apoiado pelos nazis, como o Estado Eslovaco, de Jozef Tiso, ou o Estado Independente da Croácia (NDH), de Ante Pavelic. A 30 de junho de 1941, a OUN(b) declarou o Ato de Renovação do Estado Ucraniano, uma declaração que afirmava que este, recém-independente, «cooperaria estreitamente com a Grande Alemanha Nacional Socialista... sob o *führer* Adolf Hitler». Para aparente surpresa da OUN(b), os nazis não tinham qualquer interesse nos ucranianos como parceiros iguais e prenderam os líderes da OUN(b), incluindo o seu líder, Stepan Bandera, que depressa foi enviado para o campo de concentração de Sachsenhausen, perto de Berlim.

Mesmo com o seu líder preso, a OUN continuou. Em conjunto com as forças nazis, alguns membros da organização participaram em *pogroms* que mataram dezenas de milhares de judeus em 1941 (Rossoliński-Liebe, 2011; Himka, 2010; Himka, 2013; Rudling, 2016). A OUN formou e liderou o Exército Insurgente Ucraniano (UPA), em 1942 e, em 1943, uma campanha de limpeza étnica antipolaca na Volínia matou dezenas de milhares de polacos (McBride, 2016). Entre estas e mais limpezas étnicas na Galícia, em 1944, estima-se que a OUN-UPA tenha matado mais de 100 000 pessoas. À medida que o resultado da guerra se ia tornando aparente em 1943 e 1944, a OUN começou a livrar-se dos elementos abertamente fascistas e antisemitas do seu passado, esperando apresentar uma face tolerável para os aliados vitoriosos, embora os seus membros continuassem a executar uma limpeza étnica. A sua reconhecida bandeira vermelha e preta, evocando o sangue derramado em solo negro, permaneceu.

Embora a OUN-UPA também tenha lutado algumas vezes contra a Alemanha nazi – um ponto frequentemente sublinhado pelos seus defensores modernos, que também observam que alguns membros da organização foram executados pelos nazis –, o seu inimigo principal continuou a ser a União Soviética. Em 1944, os nazis libertaram Bandera, que retomou prontamente a colaboração com eles (Rudling, 2011). Com a derrota dos nazis e a incorporação da Galícia e da Bucóvina na União Soviética, a luta da OUN(b) passou à clandestinidade, continuando a executar uma resistência de guerrilha contra as forças soviéticas até à década de 1950. Muitos antigos membros e simpatizantes da OUN conseguiram fugir da Ucrânia soviética no final da guerra, tornando-se ativos na diáspora ucraniana.

Nas décadas seguintes, não era tolerado nada que se assemelhasse ao nacionalismo na Ucrânia soviética. Qualquer dissidente, nacionalista ou não, podia ser demonizado como sendo

um *banderivets* – um seguidor de Stepan Bandera –, independentemente da natureza da sua dissidência (Andriushchenko, 2015). Após a guerra, houve vários graus de russificação e repressão da língua e cultura ucraniana, repressão que foi particularmente pronunciada sob o mandato de Volodymyr Shcherbytskyi como líder do Partido Comunista na Ucrânia nas décadas de 1970 e 1980.

Ainda assim, o legado da OUN e, particularmente, a imagem de Stepan Bandera, assassinado por um agente da KGB em 1959, continuam a ser incrivelmente divisivos na Ucrânia. É um consenso entre os historiadores contemporâneos que, além das raízes explicitamente de extrema-direita da organização, pelo menos alguns membros da OUN-UPA participaram em atrocidades violentas, entre as quais o Holocausto. Apesar disso, uma parcela considerável da sociedade civil ucraniana e partes da diáspora ucraniana continuam a minimizar ou a negar abertamente os crimes da OUN, acusando muitas vezes os críticos de serem marionetas ou agentes do Kremlin. A propaganda soviética exagerada e a subsequente propaganda russa, parecendo condenar praticamente qualquer pessoa que exprima a sua identidade ucraniana como sendo um *banderivets*, contribuíram sem dúvida para essa atitude defensiva, mas uma avaliação completa e adequada do legado da OUN, «sem omissões e desculpas» (Portnov, 2016), ainda está para acontecer na Ucrânia.

Ucrânia independente

A Perestroika, de Gorbachev, deu vida nova à cultura ucraniana na década de 1980. Durante os primeiros anos das reformas de reestruturação e liberalização da estagnada URSS realizadas pelo líder soviético, a defesa da língua e da cultura ucraniana «esteve

entre as principais questões que galvanizaram a sociedade» do país (Ploky, 2015). À medida que a década de 1980 avançava, a liberalização continuou em ritmo acelerado por toda a URSS e deu espaço para que surgissem vários grupos de oposição informais na Ucrânia. Ainda assim, esses grupos eram frequentemente rotulados pelas autoridades soviéticas como sendo «nacionalistas», incluindo aqueles que faziam um esforço consciente para se distanciarem do nacionalismo e até mesmo para o condenarem.

À medida que estes grupos de oposição tentavam encontrar o seu lugar numa Ucrânia soviética relativamente liberalizada, não restava muito tempo à própria URSS. O Partido Comunista da União Soviética (PCUS) desistiu do seu monopólio do poder político na década de 1990 e perdeu as eleições em seis repúblicas soviéticas, tendo os esforços pela independência dessas e de outras repúblicas ficado ainda mais fortes.

No meio disto, em agosto de 1991, os comunistas antirreformistas da linha dura em Moscovo tentaram um golpe para restaurar o poder soviético centralizado. A operação falhou miseravelmente. Pouco depois, o Parlamento da Ucrânia, o Verkhovna Rada, aprovou uma declaração de independência a 24 de agosto de 1991, data comemorada atualmente como o Dia da Independência da Ucrânia. Num referendo no final desse ano, a 1 de dezembro, 92% dos ucranianos apoiavam a declaração; no final de 1991, a União Soviética já não existia e a Ucrânia era, finalmente, um estado independente.

O desafio, no entanto, estava apenas a começar para a Ucrânia. Como Wilson (1996) observa, esta só fora independente no final do século xvii, com o Hetmanato Cossaco, e de 1917 a 1920, com a UNR, não tendo nenhum destes um «controlo firme [ou...] domínio sobre os territórios da Ucrânia moderna». O desafio para os novos líderes da Ucrânia era formar não apenas um estado moderno, mas também uma nação moderna.

Como é que esta nação iria ser formada? Os putativos «democratas nacionais» eram forças políticas relativamente moderadas que defendiam a democracia e tentavam combinar a retórica liberal e a nacionalista. Embora essas fossem as forças mais significativas e detivessem as alavancas do poder na Ucrânia, os nacionalistas que «questionavam ou simplesmente rejeitavam as soluções liberais» (Olszański, 2011) e não tinham quaisquer escrúpulos em usar a retórica nacionalista radical depressa se afastaram dessa tendência «nacional democrática» e criaram organizações de extrema-direita novas e mais radicais (Andriushchenko, 2015).

Mesmo a partir de uma posição minoritária, estas organizações de extrema-direita foram capazes de colocar pelo menos parte das suas agendas no espaço público; Wilson (1993) observa que tópicos que foram inicialmente levantados pela extrema-direita (por exemplo, a retenção de armas nucleares pela Ucrânia) foram rapidamente adotados pela direita mais convencional, tornando-se, alguns meses depois, parte do discurso do Governo. Tópicos que durante anos permaneceram no domínio da extrema-direita (por exemplo, o reconhecimento positivo do papel da OUN-UPA) tornaram-se depressa parte do discurso dominante (Andriushchenko, 2015).

Neste clima, surgiram vários grupos nacionalistas de extrema-direita. Um deles foi o Partido Social-Nacional da Ucrânia (SNPU), fundado em 1991. O seu logótipo combinava aquilo que diziam ser as letras cirílicas ucranianas I e N – representando *Ideia Natsii*, «a Ideia da Nação» –, embora apresentasse uma semelhança mais próxima com um Wolfsangel, um símbolo usado por várias unidades militares alemãs nazis e grupos neonazis do pós-guerra de todo o mundo, incluindo as Nações Arianas, dos EUA. O SNPU era «abertamente racista» na sua retórica (Olszański, 2011); episódios como o surgimento de membros do SNPU vestidos com

uniformes pretos num protesto diante do Parlamento da Ucrânia, em setembro de 1993, pouco fizeram para dissipar as acusações de que o partido era um grupo neonazi descarado.

O partido obteve pouco sucesso nas urnas, elegendo apenas um punhado de funcionários locais no Oeste da Ucrânia. Fora da política eleitoral, no entanto, o SNPU continuou a trabalhar arduamente, formando conexões com outros partidos de extrema-direita por toda a Europa, incluindo uma reunião com Jean-Marie Le Pen, da Frente Nacional francesa, em 2000. O SNPU também recrutou *hooligans* de futebol de extrema-direita para as suas fileiras, tentando constituir-se como uma força de rua. Em 1999, estabeleceu formalmente uma ala juvenil paramilitar, o Patriota da Ucrânia, liderada por Andriy Parubiy.

Ainda assim, o SNPU continuou a declinar e, no início da década de 2000, tinha menos de 1000 membros e menos esperança do que nunca nas urnas. O líder do partido, Oleh Tyahnybok, reformou-o e moderou a sua imagem, abandonando o logótipo Wolfsangel e descartando o Patriota da Ucrânia. Este novo partido ficaria conhecido pelo nome de Svoboda.

O Patriota da Ucrânia, no entanto, continuaria a existir. Em 2006, foi oficial e legalmente registado e reformado em Kharkiv sob a liderança de Andriy Biletsky, um antigo membro do SNPU que não queria ter nada que ver com as reformas moderadoras do partido. A essa altura, Biletsky, de 27 anos, era já um veterano na extrema-direita da Ucrânia, que integrava desde o final da década de 1990, incluindo um envolvimento na Academia Inter-Regional de Gestão de Pessoal (MAUP, em ucraniano), explicitamente antissemita, uma instituição que atribuiu um doutoramento ao infame supremacista branco americano David Duke. Sob a liderança de Biletsky, o Patriota da Ucrânia e o seu partido político, a Assembleia

Social-Nacional (SNA), tornaram-se infames pelo seu racismo declarado, antissemitismo e retórica neonazi descarada – repleta de referências a coisas como a «[eliminação] da impureza não branca», além da própria afirmação de Biletsky, em 2007, de que a missão da Ucrânia era «liderar as raças brancas do mundo numa cruzada final... contra os *Untermenschen* comandados pelos semitas».⁵

Durante o auge do Patriota da Ucrânia, no final dos anos 2000, o governador da sua região natal, Kharkiv, era Arsen Avakov. Nascido no seio de uma família arménia no Azerbaijão soviético, e tendo-se mudado para a Ucrânia ainda criança, Avakov tornou-se empresário em Kharkiv na década de 1990, ganhando dinheiro na frenética privatização pós-soviética dos ativos estatais – foi até acusado de envolvimento na morte de um parceiro de negócios, o que negou. Tendo entrado na política no início da década de 2000, foi sob a sua vigilância que o Patriota da Ucrânia prosperou. Biletsky e os seus companheiros atacaram violentamente as minorias e participaram em ataques a empresas e negócios associados a adversários de Avakov e seus aliados. O investigador da extrema-direita Vyacheslav Likhachev descreveu o Patriota da Ucrânia como uma organização que «cultivou sistematicamente a violência como um método legítimo de atividade política durante anos» (citado em Bereza, 2014).

Numa série de incursões em 2010, membros do Patriota da Ucrânia tomaram dezenas de quiosques de jornais pertencentes a um rival de um aliado de Avakov – um suposto financiador daquela organização –, que depressa assumiu a propriedade dos

⁵ Biletsky rejeitou ter feito essa declaração e culpou a propaganda russa (cf. Umland, 2019), mas a sua negação é absolutamente pouco convincente. A declaração em questão está disponível nas páginas do Patriota da Ucrânia sob o nome dele – tendo estas sido arquivadas em 2008 – e em outros *websites* anteriores a 2013-14. Cf. <https://bit.ly/3DcAmzM>; <https://bit.ly/3koxJT5>.

mesmos (Shekhovtsov, 2014). Mesmo depois de ter sido removido do cargo de governador regional, em 2010, o relacionamento de Avakov com o Patriota da Ucrânia persistiu; foi apoiado por um *hooligan* de futebol que mantinha laços com aquela organização (Shekhovtsov, 2014), na sua tentativa subsequente, ainda que sem sucesso, de se tornar presidente da Câmara de Kharkiv.

Biletsky e o Patriota da Ucrânia passaram pouco depois por tempos difíceis. Em agosto de 2011, vários membros da organização foram acusados no caso dos «terroristas de Vasylkiv». Na sequência disso, foram presos enquanto aguardavam julgamento e, por fim, condenados, em 2014, por tentarem explodir uma estátua de Vladimir Lenine numa exibição que os partidários do Patriota da Ucrânia alegaram ser um julgamento-espetáculo, especialmente porque aquela tinha sido removida pelas autoridades locais meses antes de terem sequer ocorrido as acusações.

Pouco depois, dois líderes da organização, Ihor Mykhailenko e Vitaliy Kniazheskyi, foram presos por tentativa de homicídio, após uma briga em agosto de 2011 nos escritórios do Patriota da Ucrânia que acabou com um homem local com ferimentos por faca e lesões graves na cabeça. Mikhailenko e Kniazheskyi foram também feridos pelo homem armado, Serhii Kolesnyk, que, segundo o Patriota da Ucrânia, atacou o seu escritório. Kniazheskyi testemunharia em tribunal que Biletsky tinha encorajado os membros do Patriota da Ucrânia a matar Kolesnyk; e isso levou Biletsky a atacá-lo.

Em dezembro de 2011, um mês depois de sobreviver a um aparente atentado contra a própria vida, Biletsky foi preso por assassínio e colocado na prisão enquanto aguardava julgamento. Nenhum dos líderes da organização iria poder participar pessoalmente no que estava por vir.

Maidan

Aquilo que se viria a tornar conhecido por Euromaidan, ou a Revolução da Dignidade, começou a 21 de novembro de 2013. Cedo, nesse dia, o presidente Viktor Yanukovych decidiu não assinar um acordo de associação planeado com a União Europeia, o qual os seus apoiantes esperavam que afastasse ainda mais a Ucrânia da influência da Rússia. Como resultado, os protestos iniciaram-se rapidamente na Maidan Nezalezhnosti (Praça da Independência), no centro de Kiev, habitualmente designada apenas por «Maidan».

Em 2013, Yanukovych tornara-se o supervisor de um regime quase comicamente corrupto na Ucrânia. A sua família e associados roubaram milhares de milhões de dólares dos cofres estatais da Ucrânia e ele obteve uma condenação internacional por prender a líder da oposição e antiga primeira-ministra, Iulia Timoshenko, por acusações de corrupção que a maioria considerava serem politicamente motivadas. O «futuro europeu» para a Ucrânia, acreditavam os primeiros manifestantes, era livre de corrupção, de nepotismo e da falta de oportunidades que atormentavam a vida no país.

Os primeiros protestos em novembro de 2013 foram relativamente pequenos, com as queixas dos manifestantes a variarem entre o desejo de uma maior integração com a União Europeia e exigências por mudanças sociais e políticas mais amplas na Ucrânia (Onuch, 2015). Um comício em Kiev, organizado pelos partidos da oposição a 24 de novembro de 2013, reuniu a maior multidão até àquela data durante os protestos nascentes, estimada em quase 100 000 participantes.

À medida que o final de novembro de 2013 se aproximava, os protestos pareciam estar a diminuir. Porém, a repressão desajeitada e brutal do regime de Yanukovych forneceu aos protestos uma irónica explosão de nova energia. A 30 de novembro,

a polícia de choque de Berkut retirou violentamente os manifestantes de Maidan, o que levou a protestos ainda maiores contra Yanukovich a 1 de dezembro, atraindo entre 400 000 e 800 000 participantes em Kiev (Onuch e Sasse, 2016).

Foi também no dia 1 de dezembro que a extrema-direita começou a deixar a sua marca nos protestos crescentes. No prédio da administração presidencial da Ucrânia, cerca de 200 membros de grupos de extrema-direita – incluindo elementos do Patriota da Ucrânia usando braçadeiras amarelas com o seu logótipo *Wolfsangel* estampado – atacaram a polícia de choque. Com uma escavadora roubada a atacar a linha da polícia e até mesmo um *hooligan* de futebol, que mais tarde se tornaria um soldado do Regimento Azov, a agitar uma longa corrente de metal, alguns especularam que os ataques poderiam até ter sido uma provocação pró-russa destinada a desacreditar os protestos (Risch, 2021). No entanto, esse dia seria usado pelo movimento Azov nos anos seguintes como *den' provokatora* – Dia do Provocador.

Os protestos aumentaram e diminuíram de intensidade nas semanas seguintes, até que, mais uma vez, o regime de Yanukovich provocou o caos. O Parlamento da Ucrânia, controlado pelo partido e pelos aliados de Yanukovich, forçou, a 16 de janeiro de 2014, a passagem de uma série de leis draconianas, que criminalizavam amplamente os protestos contra o seu regime. Em resposta, alguns manifestantes tentaram subir a rua Hrushevskyi, localizada nas proximidades, em direção ao edifício do Parlamento da Ucrânia, enfrentando a polícia de choque de Berkut, bem como mercenários contratados pelo regime de Yanukovich. Na vanguarda desses confrontos estavam jovens da extrema-direita. Vestidos com roupas paramilitares, braçadeiras vermelhas e pretas e identificados como sendo o Setor de Direita – o grupo aglomerador de extrema-direita em Maidan que incluía o Patriota da Ucrânia e outros grupos

marginais –, atiraram pedras e *cocktails molotov* e incendiaram autocarros da polícia. Nos dias seguintes, pelo menos três pessoas morreram por causa das ações policiais, tendo muitas outras sido feridas (Onuch e Sasse, 2016).

Após estes eventos, a minoria relativamente pequena de ativistas de extrema-direita em Maidan começou a ganhar força e influência nos protestos. No entanto, é claro que se tratou sempre de uma minoria. Segundo as suas próprias estimativas, o Setor de Direita tinha entre 300 e 500 ativistas (Likhachev, 2015); Onuch e Sasse (2016) sugeriram que membros de grupos de extrema-direita representavam no máximo entre 10 e 20% dos manifestantes durante os períodos de violência nos protestos.

No entanto, esta minoria de ativistas de extrema-direita em Maidan depressa começou a exercer mais influência do que aquilo que os seus números poderiam indicar. Com experiência em violência de rua e confrontos com a polícia – sendo que muitos apresentavam um passado de vandalismo no futebol –, eles tornaram-se ironicamente inestimáveis no confronto com a violência do regime. Vários ativistas liberais tradicionais disseram a Onuch e Sasse (2016) que, a partir deste ponto nos protestos, eles «sentiam que tinham de competir e até colaborar com os grupos extremistas [de direita] ... quando tentavam captar a atenção de possíveis recrutas» para os protestos.

Nas palavras de um ativista liberal, discutindo o Patriota da Ucrânia: «São radicais, mas sem eles não teríamos aguentado, isso é certo. Porque éramos demasiado liberais. Eles compreendiam a que é que aquilo podia levar, e previram a agressão da polícia. Perceberam tudo isso e estavam preparados. Nós não estávamos. Eles sabiam como organizar o acampamento, como fazer fogo nos barris... como o proteger, como colocar os guardas, e assim por diante (citado em Ishchenko, 2020).»

À medida que os protestos avançaram ao longo de fevereiro de 2014, os de Maidan tornaram-se imbuídos de uma mentalidade mais «militante e intransigente» em relação ao violento regime de Yanukovych, graças aos esforços do regime para provocar e sustentar a violência (Risch, 2021). Na noite de 18 de fevereiro de 2014, a polícia de choque de Berkut invadiu violentamente Maidan. O Edifício dos Sindicatos, usado como sede para os ativistas de Maidan, foi incendiado. O dia mais sangrento da revolução aconteceu a 20 de fevereiro, quando aproximadamente 50 pessoas foram atingidas e mortas, sendo a maioria das vítimas manifestantes (alguns dos quais também armados) que ficaram sob o fogo de franco-atiradores enquanto tentavam avançar pela rua desde Maidan até ao edifício do Parlamento da Ucrânia.

As tentativas subsequentes, mediadas pela EU, de intermediar um acordo que incluía um governo de transição e eleições antecipadas foram rejeitadas por aqueles que estavam em Maidan. A 22 de fevereiro, abandonado pelas forças de segurança e rejeitado pelo seu partido e aliados, Yanukovych fugiu finalmente de Kiev, seguindo pouco depois para a Rússia. Ao todo, mais de 100 pessoas morreram durante os eventos em Kiev, incluindo 13 polícias, tendo mais de 2500 ficado feridas.

O papel da extrema-direita em Maidan em 2014 foi muito disputado na época e continua a sê-lo até hoje. Embora representasse sempre uma minoria, a presença da extrema-direita em Maidan foi frequentemente sublinhada e amplamente discutida pelos meios de comunicação e comentadores estatais russos, que chegaram ao ponto de chamar falsamente aos eventos de fevereiro de 2014 um «golpe fascista». Em 2021, o presidente russo Vladimir Putin ainda se referia aos eventos em Maidan como um «golpe sangrento».

É importante notar que esta exaltação do papel da extrema-direita tem raízes mais profundas na Ucrânia. Na década de

2000, os opositores de Viktor Yushchenko «exageravam deliberadamente» o apoio da extrema-direita à sua pessoa (Andriushchenko, 2015); e, em 2004, um grupo marginal de extrema-direita realizou um protesto repleto de saudações nazis em aparente apoio declarado a Yushchenko. No entanto, foi apenas um protesto nominal, liderado por um «provocador» com supostos vínculos ao oligarca pró-russo Viktor Medvedchuk e destinado a desacreditar Yushchenko (Coynash, 2020). Um historial de episódios manipuladores como estes deixou muitos ucranianos e os seus apoiantes internacionais desconfiados de quaisquer alegações feitas sobre a extrema-direita em Maidan e na Ucrânia em geral.

Por outro lado, o papel da extrema-direita em Maidan foi minimizado ou desvalorizado pelos seus apoiantes na Ucrânia e mais além; uma carta pública em 2014 instou os jornalistas e comentadores internacionais, «especialmente os da esquerda política», a «terem cuidado» ao escreverem sobre a extrema-direita, de modo a evitarem que o assunto fosse explorado pela propaganda russa.⁶ No entanto, olhando para os eventos do início de 2014, tornou-se cada vez mais claro que a extrema-direita, embora se tratasse sempre de uma minoria cujos pontos de vista não eram necessariamente partilhados pelos outros manifestantes, foi fundamental para impedir que Maidan fosse esmagada pela polícia de Yanukovych. Também é claro que, após a queda de Yanukovych do poder, a extrema-direita já tinha começado a ver-se como a vanguarda da revolução – uma visão de si mesma que se solidificaria na fogueira da guerra.

⁶ «O Euromaidan de Kiev é uma ação de massas de desobediência cívica liberacionista e não extremista», <https://www.change.org/p/to-journalists-commentators-andanalysts-writing-on-the-ukrainian-protest-movement-euromaidan-kyiv-s-euromaidan-is-a-liberationist-and-not-extremist-mass-action-of-civic-disobedience>.

A guerra no Donbass e o nascimento do Azov

Na esteira da revolução, o Governo da Ucrânia e até mesmo o seu Estado tiveram de ser quase totalmente reconstruídos do zero. Foi formado um novo gabinete, que incluía inicialmente quatro representantes do Svoboda e outros com um passado de extrema-direita, incluindo o fundador do SNPU, Andriy Parubiy, por esta altura membro do partido tradicional Pátria (*Batkiivshchyna*), da recém-libertada Iulia Timoshenko.

Com um agressivo Vladimir Putin à porta, desejoso de manter uma Ucrânia aparentemente inclinada para o Ocidente dentro do que sentia ser a legítima esfera de influência da Rússia, o novo gabinete depressa se tornou um gabinete de guerra. Em poucas semanas, a Crimeia foi anexada pela Rússia, na sequência de um referendo amplamente denunciado como uma farsa pela comunidade internacional. No início de abril de 2014, revoltas apoiadas pelos russos no Donbass, uma região fortemente industrial da Ucrânia, em grande parte de língua russa, e que era a base do antigo presidente Yanukovych, deram início a uma guerra que arriscava deixar os ucranianos de rastos.

Andriy Biletsky e outros líderes do Patriota da Ucrânia foram libertados da prisão em fevereiro de 2014, sob uma amnistia pós-Maidan para «prisioneiros políticos». Não demorou muito para se envolverem no novo conflito crescente da Ucrânia: um tiroteio entre forças pró-russas que tentavam supostamente atacar a sede do Patriota da Ucrânia em Kharkiv e que deixou dois dos pró-russos mortos.

No entanto, Biletsky e os seus companheiros queriam fazer mais. As forças armadas da Ucrânia estavam em frangalhos, subfinanciadas e despreparadas para qualquer conflito significativo no seu território. Certamente, não prejudicou nada o facto de o novo ministro do Interior da Ucrânia pós-Maidan ser Arsen Avakov, aliado de Biletsky em Kharkiv na década de 2000.

De acordo com o conselheiro do ministro do Interior, Anton Gerashchenko (2016), em abril de 2014, Biletsky queria que o Patriota da Ucrânia pudesse pegar em armas no Leste do país contra insurgentes pró-Rússia, mas não estava disposto a prestar um juramento oficial e juntar-se à polícia ou à Guarda Nacional ucraniana, ambos sob a jurisdição de Avakov. No espaço de semanas, quando os pseudoestados do Leste da Ucrânia apoiados pela Rússia estavam prestes a realizar falsos referendos de independência, Biletsky reconsiderou. Na narrativa favorecedora de Gerashchenko, «cerca de 100 jovens patriotas prestaram juramento e receberam armas». O Batalhão Azov, oficialmente destinado a fins especiais dentro do Ministério do Interior, nascera.

Foi ao longo da costa do mar de Azov – a fonte do nome do batalhão – que Biletsky e os seus companheiros se destacaram. Na época, a cidade portuária industrial de Mariupol, que abriga cerca de 500 000 pessoas, estava sob o controlo de um bando de separatistas pró-Rússia. O conselheiro do ministro do Interior, Gerashchenko (2015), afirmou que, numa reunião entre ele, Avakov e o governador interino do Oblast de Donetsk, Serhiy Taruta, concordou-se que o exército disponível e as forças da Guarda Nacional não seriam capazes de expulsar as forças pró-russas da cidade. A única resposta, diziam, era o nascente Batalhão Azov.

Um grupo de voluntários deixou o Cossaco (*Kozatskiy*), um antigo hotel, no centro de Kiev, usado como base ativista durante Maidan e depois como ponto de mobilização e sede do batalhão, para treinar em Berdiansk, na costa do mar de Azov. Ao todo, entre 150 e 200 combatentes treinaram durante várias semanas sob o olhar atento de combatentes experientes – incluindo Sergei Korotkikh, um neonazi russo-bielorrusso que teria lutado em vários conflitos estrangeiros. Os combatentes incluíam um número significativo de indivíduos da facção

booligan do futebol de extrema-direita da Ucrânia, estimados como sendo entre 50% (Fedorenko e Umland, 2020) e 65% (Montague, 2019) dos combatentes de Azov na época. Outros combatentes incluíam neonazis declarados de países estrangeiros, especialmente a Rússia. Relatos sobre as origens neonazis do batalhão e um número significativo dos seus combatentes atraíram uma atenção significativa dos meios de comunicação ocidentais (discutirei isso mais adiante no «Capítulo VI»).

Em junho de 2014, o Batalhão Azov conseguiu aquilo que continua a promover como tendo sido a sua primeira grande vitória. Com aproximadamente 150 combatentes a reboque, juntamente com duas outras companhias da Guarda Nacional e outras forças especiais, o Azov ajudou a expulsar de Mariupol entre 60 e 80 militantes pró-russos, o que restaurou o controlo do Governo ucraniano sobre a cidade. Os esforços do Azov para libertar Mariupol em 2014 são, até hoje, frequentemente mencionados e descritos pelo movimento. Alguns altos representantes chegam mesmo a dizer que os esforços do Azov «inverteram o curso» da guerra.⁷

Os combatentes do Azov participaram em várias outras batalhas ao longo de 2014 e 2015. Vários deles morreram em Ilovaisk, em agosto de 2014, como parte de um caldeirão de forças ucranianas cercadas massacradas por forças pró-russas. Observadores de direitos humanos fizeram várias acusações de crimes de guerra cometidos por soldados do Azov em 2014 e início de 2015, os quais incluíam tortura e saques de casas de civis (ACNUDH, 2016).

O então batalhão iria crescer rapidamente. Com 50 participantes na época dos primeiros confrontos com pró-russos, em

⁷ cf. Landmark Publishing (*Vydavnytstvo Oriientyr*), «*Vyzvolennia Mariupolia stalo pershym real nym krokom do Ukrayins koi Peremohy...*» («A libertação de Mariupol foi o primeiro verdadeiro passo para a vitória ucraniana...»), Telegram, 15 de maio de 2021, <https://archive.ph/cAltz>.

março de 2014 (Gomza e Zajaczkowski, 2019), no final do verão do mesmo ano o Batalhão Azov era já composto por entre 400 e 450 soldados (Umland, 2019). Em novembro de 2014, quando foi oficialmente incorporado na Guarda Nacional da Ucrânia como Regimento de Propósitos Específicos, a sua força era já de cerca de 800 homens (Umland, 2019).

No início de 2015, o Regimento Azov lideraria uma ofensiva em Shyrokyne, a leste de Mariupol, na tentativa de repelir as forças pró-russas que estavam a lançar ataques com *rockets* contra a cidade. Embora um segundo acordo de cessar-fogo, Minsk II, tenha sido assinado em fevereiro de 2015 (o Minsk I, assinado em setembro de 2014, colapsara), os combates diminuíram, mas não cessaram, incluindo em torno de Mariupol. O Azov e outras unidades voluntárias foram retirados das linhas da frente em agosto de 2015, numa altura em que quase 40 combatentes do Azov tinham já perdido a vida. O Azov só voltaria à frente em fevereiro de 2019.

Porém, Biletsky e os seus camaradas estavam interessados em muito mais do que apenas assuntos militares. Em 2014, antes da sua eleição para o Parlamento da Ucrânia por um distrito de membro único em Kiev, Biletsky anunciou planos para criar «um movimento em massa de jovens» sediado na unidade militar que liderava (citado em Lelych, 2014).

«Este movimento ultrapassará o Batalhão Azov», disse Biletsky. Seria, disse ele, «abrangente», incluindo clubes desportivos, uma assumida educação patriótica e tudo mais. Pouco depois, em 2015, foi formado o Corpo Civil Azov, um movimento social mais amplo que fazia de tudo, incluindo marchas e protestos para atralhar comícios antifascistas. Este movimento expandir-se-ia rapidamente. Em outubro de 2016, o Corpo Civil deu lugar ao Corpo Nacional, um partido político que, pelo menos à primeira vista, evitava as imagens e a retórica mais radicais dos seus antecedentes. A Milícia Nacional

(*Natsionalni Druzbyny*) foi formada em 2017 como uma patrulha de rua quase paramilitar e, nas palavras de um representante sênior do Azov (citado em Colborne, 2019c), era uma «estrutura paramilitar afiliada» (seria rebatizada com o nome de Centúria, em 2020). Paralelamente a isto, outros projetos que tinham começado em anos anteriores, desde acampamentos de jovens e treino desportivo a editoras e clubes do livro, não só continuaram a expandir-se, como também a dominar a facção de extrema-direita da Ucrânia e a fazer do movimento Azov a inveja dos ativistas de extrema-direita de todo o mundo.

«Yevhen Konovalets conseguiu criar uma única estrutura nacionalista em 1929», disse Biletsky em novembro de 2018 sobre o movimento Azov (Vuiets *et al.*, 2018). «Acredito que o podemos fazer agora.»